

NEWSLETTER DIGESTO N.º 26/2016

Disponibilização: 2 de janeiro de 2017

Período abrangido: 19 a 30 de dezembro de 2016



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Eletrônica e Simplificação Administrativa
2. Administração Interna
 - Forças de Segurança
 - Segurança Interna
3. Administração Pública
4. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura, Florestas e Agropecuária
 - Pescas
 - Vitivinicultura
5. Ambiente
6. Ciência e Tecnologia
7. Comunicação Social
8. Cultura
9. Defesa e Forças Armadas
10. Desporto
11. Educação
12. Emprego
13. Energia
14. Finanças
 - Atividade Seguradora
 - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
 - Contribuições e Impostos
 - Moeda
 - Questões Contabilísticas
 - Questões Orçamentais
 - Valores Mobiliários
15. Fundações
16. Justiça

- 17. Mar
- 18. Negócios Estrangeiros
- 19. Reabilitação Urbana
- 20. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
- 21. Saúde
- 22. Trabalho
- 23. Transportes
- 24. Turismo

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Despacho Normativo n.º 15/2016, de 21 de dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*.

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS DE SEGURANÇA

[Portaria n.º 330-A/2016, de 20 de dezembro](#)

(Finanças e Administração Interna)

Regulamenta a tramitação do procedimento concursal pelo método de avaliação curricular para promoção do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), bem como os critérios em caso de desempate.

- SEGURANÇA INTERNA

[Portaria n.º 345/2016, de 30 de dezembro](#)

(Administração Interna)

Define e regula os requisitos de adesão ao Sistema de Gestão de Transporte de Armas, Munições e Explosivos (SIGESTAME), as características operacionais e de funcionamento do sistema de geolocalização e as taxas devidas pela adesão, bem como pela utilização do SIGESTAME.

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro](#)
(Finanças)

Define o regime da formação profissional na Administração Pública.

[Aviso n.º 16217/2016, de 30 de dezembro](#)
(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Torna-se público que, durante o ano económico de 2017, os valores mensais destinados ao pagamento dos vencimentos e subsídios referentes aos vários ministérios e aos organismos e serviços com autonomia administrativa e financeira não poderão sair da Tesouraria Central do Estado antes das datas indicadas no presente aviso.

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA, FLORESTAS E AGROPECUÁRIA

[Portaria n.º 324-A/2016, de 19 de dezembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime de aplicação das operações n.ºs 2.2.1, «Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal», 2.2.2, «Apoio à criação de serviços de aconselhamento» e 2.2.3, «Apoio à formação de conselheiros», inseridas na ação n.º 2.2, «Aconselhamento», da medida n.º 2, «Conhecimento», integrada na área n.º 1, «Inovação e conhecimento», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

Portaria n.º 338-A/2016, de 28 de dezembro
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 24/2015, de 9 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da medida n.º 9, «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas», à terceira alteração da Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação das ações n.ºs 7.1, «Agricultura Biológica» e 7.2, «Produção integrada», à terceira alteração da Portaria n.º 50/2015, de 25 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação das ações n.ºs 7.4, «Conservação do solo», 7.5, «Uso eficiente da água», 7.6, «Culturas permanentes tradicionais», 7.7, «Pastoreio extensivo», 7.9, «Mosaico agroflorestal» e 7.12, «Apoio agroambiental à apicultura», à quarta alteração da Portaria n.º 55/2015, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação do apoio «Manutenção de raças autóctones em risco», da ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», à quinta alteração da Portaria n.º 56/2015, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime da ação n.º 7.3, «Pagamentos Rede Natura», à segunda alteração da Portaria n.º 154-A/2015, de 27 de maio, que estabelece as regras de cumulação dos apoios concedidos no âmbito da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», e à terceira alteração da Portaria n.º 268/2015, de 1 de setembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», da ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», todas do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

Despacho Normativo n.º 15-A/2016, de 28 de dezembro
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Determina que, para efeitos da aplicação do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Despacho Normativo n.º 14/2014, de 29 de outubro, não são contabilizados os efetivos de vacas leiteiras que tenham parido nados-mortos, bem como determina que apenas podem beneficiar do prémio por vaca leiteira, previsto no citado Despacho Normativo, os candidatos que efetuem entregas de leite ou produtos lácteos no período compreendido entre abril e junho.

Despacho Normativo n.º 15-B/2016, de 29 de dezembro
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Procede à quarta alteração do Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, que estabelece os requisitos legais de gestão e as normas mínimas para as boas condições agrícolas e ambientais das terras.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-H/2016, de 30 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural a definir a percentagem de cofinanciamento nacional em sede de reprogramação do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente (PDR 2020).

- PESCAS

[Portaria n.º 330-B/2016, de 21 de dezembro](#)
(Mar)

Procede à terceira alteração da Portaria n.º 90/2013, de 28 de fevereiro, que define o modelo de gestão, incluindo a repartição por quotas, para a pesca de espadarte com palangre de superfície no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo.

- VITIVINICULTURA

[Portaria n.º 333/2016, de 23 de dezembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à quarta alteração da Portaria n.º 668/2010, de 11 de agosto, que reconhece como denominação de origem (DO) a designação «vinho verde».

5. AMBIENTE

[Despacho n.º 15300-B/2016, de 20 de dezembro](#)
(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Define as tarifas aplicáveis em 2017 para os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais aos utilizadores municipais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal.

[Despacho n.º 15524/2016, de 26 de dezembro](#)

(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Confere competência à AMBS - Associação dos Municípios do Baixo Sabor de Fins Específicos para a concretização da disposição n.º 8 da declaração de impacte ambiental do projeto «Avaliação comparada dos aproveitamentos hidroelétricos do Alto Côa e Baixo Sabor», emitida em 15 de junho de 2004, e revoga o Despacho n.º 14136/2010, de 9 de setembro, que cria o Fundo do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (FAHBS) e aprova o seu regulamento de gestão.

[Portaria n.º 343/2016, de 30 de dezembro](#)

(Presidência e da Modernização Administrativa e Ambiente)

Institui e define o procedimento de submissão automática para publicação e depósito dos atos mencionados nos artigos 12.º e 13.º do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

[Despacho n.º 15747/2016, de 30 de dezembro](#)

(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Define as tarifas aplicáveis em 2017 para os serviços de abastecimento de água e de saneamento e transporte de águas residuais aos utilizadores municipais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2016, de 21 de dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa, enquanto instrumento fundamental da passagem de conhecimento das instituições de ensino superior para as empresas, e cria o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC), que assegura o financiamento do referido programa.

[Decreto-Lei n.º 86-C/2016, de 29 de dezembro](#)
(Economia)

Cria, na dependência do membro do Governo responsável pela área da Economia, o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular e define a sua natureza e funcionamento.

[Regulamento n.º 1125/2016, de 30 de dezembro](#)
(Ordem dos Engenheiros)

Aprova o Regulamento dos Estágios.

[Regulamento n.º 1126/2016, de 30 de dezembro](#)
(Ordem dos Engenheiros)

Aprova o Regulamento Disciplinar.

7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-L/2016, de 30 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a minuta do contrato de prestação de serviços noticioso e informativo a celebrar entre o Estado Português e a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S. A., para o triénio de 2017-2019 e autoriza a realização da despesa com a correspondente indemnização compensatória.

8. CULTURA

[Portaria n.º 322-A/2016, de 16 de dezembro](#)
(Cultura)

Estabelece as condições e os termos de renovação, para o ano de 2017, do apoio financeiro concedido pela Direção-Geral das Artes a entidades beneficiárias de apoio financeiro plurianual.

9. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Decreto-Lei n.º 84/2016, de 21 de dezembro](#)
(Defesa Nacional)

Fixa os efetivos das Forças Armadas, em todas as situações, para o ano de 2017.

10. DESPORTO

[Portaria n.º 324/2016, de 19 de dezembro](#)
(Educação)

Aprova a lista de substâncias e métodos proibidos, em competição e fora de competição, a partir de 01.01.2017.

[Despacho n.º 15350/2016, de 21 de dezembro](#)
(Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. - Autoridade Antidopagem de Portugal)

Aprova os procedimentos inerentes ao sistema de Autorização de Utilização Terapêutica de substâncias e métodos proibidos para o ano de 2017.

11. EDUCAÇÃO

[Recomendação n.º 1/2016, de 19 de dezembro](#)
(Educação - Conselho Nacional de Educação)

Formula recomendações sobre a condição docente e as políticas educativas.

[Aviso n.º 16015-C/2016, de 23 de dezembro](#)
(Educação - Gabinete do Ministro)

Torna público que, por um período de seis meses, contados da data da publicação do presente Aviso, os docentes podem exercer o direito a ser ressarcidos pelo valor pago na inscrição, consulta e reapreciação da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), mediante pedido de reembolso.

12. EMPREGO

[Portaria n.º 339/2016, de 29 de dezembro](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia)

Regula a criação do Programa Específico FormAlgarve, que tem como objeto o apoio financeiro cumulativo à melhoria da qualificação dos trabalhadores e à conversão ou renovação dos contratos de trabalho, concedido à entidade empregadora que desenvolve atividade nos setores referidos no anexo I à presente portaria e cujo estabelecimento se localize na região do Algarve.

13. ENERGIA

[Diretiva n.º 19/2016, de 19 de dezembro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova a inscrição das Unidades Físicas de produção e bombagem relativas ao aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua nas Áreas de Balanço “Douro” e “Douro (Bombagem)”, respetivamente.

[Diretiva n.º 20/2016, de 20 de dezembro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Estabelece a não aplicação de encargos de compensação diários, previstos no Procedimento n.º 14 do Manual de Procedimentos da Gestão Técnica Global do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), relativamente aos desequilíbrios apurados para o mês de outubro de 2016 e altera a Diretiva da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos n.º 18/2016, de 27 de outubro.

14. FINANÇAS

- ATIVIDADE SEGURADORA

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 13/2016-R, de 19 de dezembro](#)
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no primeiro trimestre de 2017.

- BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-C/2016, de 29 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza o Ministro das Finanças, em nome da República Portuguesa, a subscrever ações do capital do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) e estabelece as competências e a forma de concretização da subscrição.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Lei n.º 40/2016, de 19 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação.

[Despacho n.º 15646/2016, de 29 de dezembro](#)
(Finanças - Gabinete do Ministro)

Determina que, a partir de 01.01.2017, não se proceda à retenção na fonte da sobretaxa de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) aos 1.º e 2.º escalões previstos no n.º 1 do Despacho n.º 352-A/2016, de 8 de janeiro, designadamente às remunerações mensais brutas descritas no presente Despacho.

[Portaria n.º 342-C/2016, de 29 de dezembro](#)
(Finanças)

Aprova os novos modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), os quais devem ser utilizados a partir de 01.01.2017 e destinam-se a declarar os rendimentos dos anos de 2015 e seguintes.

- MOEDA

[Lei n.º 39/2016, de 19 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Procede à quadragésima primeira alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva 2014/62/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI, do Conselho.

- QUESTÕES CONTABILÍSTICAS

[Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro](#)
(Economia)

Procede à oitava alteração do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, que estabelece o regime da administração financeira do Estado, e à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e estabelece a obrigação de elaboração de uma estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP no ano de 2017.

- QUESTÕES ORÇAMENTAIS

[Lei n.º 41/2016, de 28 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017.

[Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Aprova o Orçamento do Estado para 2017.

- VALORES MOBILIÁRIOS

[Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro](#)
(Finanças)

Autoriza a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a majorar as taxas, tarifas ou outros montantes devidos à CMVM.

[Portaria n.º 342-B/2016, de 29 de dezembro](#)
(Finanças)

Procede à terceira alteração da Portaria n.º 913-I/2003, de 30 de agosto, que consagra o novo sistema de taxas de supervisão do mercado de valores mobiliários.

15. FUNDAÇÕES

[Despacho n.º 15178/2016, de 19 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa)

Reconhece a Fundação Cardoso do Amaral.

16. JUSTIÇA

[Regulamento n.º 1108/2016, de 19 de dezembro](#)
(Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução)

Aprova o regulamento de estágio para solicitadores.

[Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração da Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que republica em anexo, à segunda alteração do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e à vigésima sexta alteração do Código do Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro.

[Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de dezembro](#)
(Justiça)

Estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais de primeira instância decorrente das alterações à Lei da Organização do Sistema Judiciário introduzidas pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro.

17. MAR

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-A/2016, de 28 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina que a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) tem como missão prosseguir os trabalhos de reforço da fundamentação e da negociação da proposta de Portugal, junto das Nações Unidas, para a determinação do limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, até à conclusão do referido processo, bem como define os objetivos, a constituição e o funcionamento da EMEPC.

[Portaria n.º 344/2016, de 30 de dezembro](#)
(Finanças e Mar)

Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Azul.

18. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Portaria n.º 331-A/2016, de 22 de dezembro](#)
(Negócios Estrangeiros, Finanças)

Fixa o número de estagiários a admitir em 2017, o prazo para apresentação de candidaturas e a data de início dos estágios no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

[Portaria n.º 331-B/2016, de 22 de dezembro](#)
(Negócios Estrangeiros, Finanças)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 259/2014, de 15 de dezembro, que cria o Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado específico para os serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PEPAC-MNE) e procede à respetiva regulamentação, e republica-a em anexo.

[Aviso n.º 16138/2016, de 29 de dezembro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Torna públicas as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 01.01.2017.

19. REABILITAÇÃO URBANA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-O/2016, de 30 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza, através da Estrutura de Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), o lançamento do procedimento e a realização da despesa com a seleção dos instrumentos financeiros e das respetivas entidades gestoras no âmbito do IFRRU 2020 e procede à primeira alteração da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2015, de 23 de julho.

20. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Resolução n.º 37/2016, de 30 de dezembro](#)
(Tribunal de Contas)

Aprova o Programa de Fiscalização da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para o ano de 2017.

- MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 43/2016/M, de 23 de dezembro](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2017.

[Decreto Legislativo Regional n.º 42/2016/M, de 29 de dezembro](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2015/M, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2016.

[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira n.º 1-A/2016, de 29 de dezembro](#)
(Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira)

Exonera João Augusto Quinto Faria Nunes das funções de Secretário Regional da Saúde.

[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira n.º 1-B/2016, de 29 de dezembro](#)
(Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira)

Nomeia Pedro Miguel de Câmara Ramos para as funções de Secretário Regional da Saúde.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 44/2016/M, de 30 de dezembro](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2017.

[Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2017.

[Resolução \(extrato\) n.º 38/2016, de 30 de dezembro](#)
(Tribunal de Contas)

Aprova o Programa de Fiscalização da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, para o ano 2017.

21. SAÚDE

[Portaria n.º 323/2016, de 19 de dezembro](#)
(Finanças e Saúde)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial de enfermagem.

[Portaria n.º 329/2016, de 20 de dezembro](#)
(Saúde)

Estabelece a comparticipação dos medicamentos destinados ao tratamento da dor crónica não oncológica, moderada a forte.

[Portaria n.º 330/2016, de 20 de dezembro](#)
(Saúde)

Estabelece o regime excecional de comparticipação nos medicamentos destinados ao tratamento de doentes com Esclerose Múltipla.

[Despacho n.º 15300-A/2016, de 20 de dezembro](#)
(Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e da Saúde e da Saúde)

Determina que o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P. (IPST, I. P.) deve apresentar um plano operacional para a utilização do plasma colhido em Portugal e que, até ao final do primeiro quadrimestre de 2017, as instituições e entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) passam a recorrer ao IPST, I. P., para satisfazer as suas necessidades em plasma.

[Despacho n.º 15385-A/2016, de 21 de dezembro](#)
(Saúde - Direção-Geral da Saúde)

Define as doenças e os microorganismos que estão sujeitos a notificação obrigatória.

[Despacho n.º 15385-B/2016, de 21 de dezembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Identifica como carenciados, nas áreas profissionais hospitalar e de saúde pública, os serviços e estabelecimentos de saúde constantes do quadro em anexo, tendo em vista a abertura de procedimento concursal para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, consoante se trate de, respetivamente, estabelecimentos do setor público administrativo ou entidades públicas de natureza empresarial.

[Portaria n.º 331/2016, de 22 de dezembro](#)
(Saúde)

Estabelece um regime excecional de comparticipação nos medicamentos destinados ao tratamento da dor oncológica, moderada a forte.

[Regulamento \(extrato\) n.º 1119-A/2016, de 26 de dezembro](#)
(Ordem dos Psicólogos Portugueses)

Altera o Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo ao Regulamento n.º 258/2011, de 20 de abril.

[Despacho n.º 15591-B/2016, de 27 de dezembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Retifica o Despacho n.º 15385-B/2016, de 21 de dezembro, que identifica como carenciados, nas áreas profissionais hospitalar e de saúde pública, os serviços e estabelecimentos de saúde constantes do quadro em anexo ao Despacho, tendo em vista a abertura de procedimento concursal para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, consoante se trate de, respetivamente, estabelecimentos do setor público administrativo ou entidades públicas de natureza empresarial.

[Decreto Regulamentar n.º 6/2016, de 29 de dezembro](#)
(Saúde)

Procede à regulamentação do artigo 5.º e do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida (PMA), e da Lei n.º 17/2016, de 20 de junho, que procede à segunda alteração da citada Lei n.º 32/2006.

[Portaria n.º 340/2016, de 29 de dezembro](#)
(Saúde)

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Psiquiatria.

[Portaria n.º 341/2016, de 29 de dezembro](#)
(Saúde)

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Neurorradiologia.

[Portaria n.º 342/2016, de 29 de dezembro](#)
(Saúde)

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Pneumologia.

22. TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Atualiza para € 557 o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 01.01.2017.

23. TRANSPORTES

[Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração dos Estatutos da Sociedade de Transportes Públicos do Porto, S. A., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, e à oitava alteração do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, que aprova as bases da

concessão de exploração em regime de serviço público e de exclusivo, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, atribuída à sociedade Metro do Porto, S.A.

[Despacho Normativo n.º 14-A/2016, de 19 de dezembro](#)

(Finanças, Planeamento e das Infraestruturas e Ambiente - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, das Infraestruturas e do Adjunto e do Ambiente)

Fixa a percentagem máxima de aumento médio nos preços praticados para os títulos relativos aos transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros em percursos inferiores a 50 km, para os títulos relativos aos transportes coletivos de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, para os títulos relativos aos transportes ferroviários urbanos e suburbanos em percursos inferiores a 50 km e para os títulos relativos aos transportes fluviais.

[Despacho n.º 15417-A/2016, de 22 de dezembro](#)

(Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e Mar - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.)

Aprova os valores máximos de preços para as carreiras rodoviárias interurbanas de passageiros, em percursos inferiores a 50 km.

24. TURISMO

[Despacho Normativo n.º 16/2016, de 30 de dezembro](#)

(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Cria a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, que tem por objeto o apoio ao investimento a iniciativas e a projetos com interesse para o turismo, que promovam a coesão económica e social do território, define o período de apresentação de candidaturas e estabelece as condições do apoio.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Dados Gerais

Análise Jurídica	Lei Orgânica n.º 1/2001
Dados Gerais	Lei Orgânica n.º 1/2001
Informação Detalhada	Diário da República n.º 188/2001, Série I-A de 2001-08-14
Guias Práticos	Tipo Diploma: Lei Orgânica
Newsletters Digesto	Número: 1/2001
	Data Assinatura: 2001-08-14
	Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 188, de 2001-08-14, Pág. 5150 - 5180
	Entrada em Vigor: As disposições contidas no âmbito do artigo 2.º de que resultem directas implicações financeiras entram em vigor com o Orçamento do Estado para 2002.
	NOTAS AOS DADOS GERAIS
	1 - Lei Geral da República;
	2 - O disposto no n.º 2 do artigo 15.º aplica-se a partir das segundas eleições gerais, inclusive, posteriores à entrada em vigor da presente lei
	RESUMO
	Aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais. Altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Norma habilitante:

APLICA/REGULAMENTA

Foi encontrada 1 associação.

Data

Texto

Al. c) do art. 161º da CRP

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Aplicado por/Regulamentado por:

Lei Orgânica n.º 1/2001

Diário da República n.º 188/2001, Série I-A de 2001-08-14

Outros Tipos:

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR


Foram encontradas 87 associações.

Data	Texto	Diploma
2016-11-02	Despacho n.º 13081/2016 - Diário da República n.º 210/2016, Série II de 2016-11-02 (N.º 2 do art. 222.º)	Despacho n.º 13081/2016 - Diário da República n.º 210/2016, Série II de 2016-11-02
2016-04-26	Mapa Oficial n.º 4/2016 - Diário da República n.º 80/2016, Série I de 2016-04-26 (Art. 154.º)	Mapa Oficial n.º 4/2016 - Diário da República n.º 80/2016, Série I de 2016-04-26
2016-03-03	Despacho (extrato) n.º 3268/2016 - Diário da República n.º 44/2016, Série II de 2016-03-03 (Art. 223.º)	Despacho (extrato) n.º 3268/2016 - Diário da República n.º 44/2016, Série II de 2016-03-03
2016-02-10	Mapa Oficial n.º 1/2016 - Diário da República n.º 28/2016, Série I de 2016-02-10 (Art 154.º)	Mapa Oficial n.º 1/2016 - Diário da República n.º 28/2016, Série I de 2016-02-10

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Modificações Produzidas:

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS

 Notas:

São revogadas as normas que disponham em contrário com o estabelecido na presente lei.

Foram encontradas 3 associações.

Data	Texto
1998-08-18	Altera os arts 19º (na redacção da Lei 23/2000 de 23-Ago), 20º, 23º e 29º da Lei 56/98, de 18-Ago DR.IS-A [189]
1976-09-29	Revoga o Dec Lei 701-A/76, de 29-Set DR.IS [229]Supl, bem como todas as disposições que o alterou
1976-09-29	Revoga o Dec Lei 701-B/76, de 29-Set DR.IS [119]Supl, bem como todas as disposições que o alterou

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Modificações Sofridas:

Lei Orgânica n.º 1/2001		
Diário da República n.º 188/2001, Série I-A de 2001-08-14		
Outros Tipos: <input type="text" value="Selecionar"/> <input type="button" value="Pesquisar"/>		
MODIFICAÇÕES SOFRIDAS		
Foram encontradas 7 associações.		
Data	Texto	Diploma
2015-07-23	Revogados os arts 46.º, 49.º, 209.º e 212.º da presente Lei Orgânica, pelo(a) Lei n.º 72-A/2015 - Diário da República n.º 142/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-23	Lei n.º 72-A/2015 - Diário da República n.º 142/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-23
2011-11-30	Alterados os arts. 15.º, 29.º, 30.º, 37.º, 50.º, 57.º, 58.º, 60.º, 70.º, 76º, 79.º, 93.º, 111.º, 136.º, 141.º, 151.º, 152.º, 221.º, 222.º e 223º e revogados o n.º 4 do art. 93.º, a al. c) do n.º 2 do art. 221.º e o art. 232.º pela LEI ORG.1/2011.30.11.2011.AR, DR.IS [230] de 30.11.2011	Lei Orgânica n.º 1/2011 - Diário da República n.º 230/2011, Série I de 2011-11-30
2010-12-15	Alterados os arts. 117.º a 120.º do presente diploma pela LEI ORG.3/2010.15.12.2010.AR, DR.IS [241] de 15.12.2010	Lei Orgânica n.º 3/2010 - Diário da República n.º 241/2010, Série I de 2010-12-15

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Retificado por:

Lei Orgânica n.º 1/2001

Diário da República n.º 188/2001, Série I-A de 2001-08-14

Outros Tipos:

RECTIFICADO POR

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2001-10-17	Rectificada pela DECL- RECT.20-A/2001.2001.10.17.AR, DR.IS-A [237]Supl de 12/Out/2001	Declaração de Rectificação n.º 20-A/2001 - Diário da República n.º 237/2001, 1º Suplemento, Série I-A de 2001-10-12

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

PARLAMENTO
Proposta de Lei 34/VIII: Cria a Lei Orgânica que regula a eleição dos membros assim como a constituição dos Órgãos das Autarquias Locais
Autoria
▪ Governo
2000-06-26 Entrada
2000-06-26 Admissão
2000-06-26 Baixa comissão distribuição inicial generalidade
2000-06-26 Baixa comissão distribuição inicial generalidade
2000-06-27 Anúncio
2000-06-28 Publicação
▪ [DAR II série A N.º 52/VIII/1 Supl. 2000-06-28 (pág. 1728-(11)-1728-(45)), -(11) a -(45)]
2001-02-07 Discussão generalidade
▪ [DAR I série N.º 46/VIII/2 . 2001-02-08 (pág. 1852-1884)]
2001-02-08 Votação na generalidade
Votação na Reunião Plenária N.º 47
Aprovado

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Doutrina Associada:

Lei Orgânica n.º 1/2001

Diário da República n.º 188/2001, Série I-A de 2001-08-14

Outros Tipos: Doutrina Associada

DOUTRINA ASSOCIADA

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
2001-12-18	D.PARECERJUR.332/2001.2001.12.18.SCJ-DGO

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Supremo Tribunal Administrativo

Palavra Chave:

eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais

! Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

15 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	04/22/2015	0109/15	Maria Benedita Urbano	Contencioso Eleitoral Assembleia Municipal MESA da Assembleia Municipal
<input type="checkbox"/>	11/27/2014	0963/14	JOSÉ Veloso	Inelegibilidade Inibição do Falido Insolvente
<input type="checkbox"/>	10/09/2014	0583/14	JOSÉ Veloso	Autarquia Local Contencioso Eleitoral Prazo de Caducidade

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (aprova a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e altera o regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Procuradoria Geral da República

Palavra Chave:

eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

55 resultado(s) encontrados

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	04/24/1991	P001261990	60kB	Autarca	Henriques Gaspar
<input type="checkbox"/>	12/17/2009	P000392009	114kb	Gestor Local	Esteves Remédio
<input type="checkbox"/>	06/08/2006	P001202005	131kb	Incompatibilidade	Mário Serrano

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão